



No Senado, Graça Foster admite que Pasadena foi mau negócio

Presidente da Petrobras afirmou que, analisada hoje, a compra da refinaria de Pasadena em 2006 “não foi um bom negócio”. Impasse sobre CPI prossegue

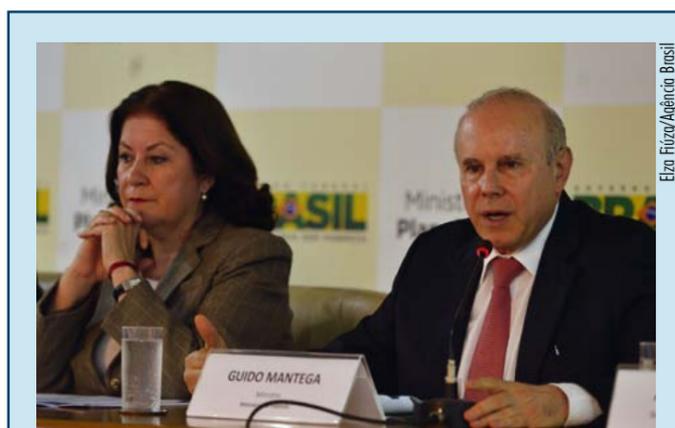
Graça Foster admitiu prejuízo de US\$ 530 milhões na compra da refinaria nos Estados Unidos. Ela confirmou a afirmação da presidente Dilma Rousseff de que o

Conselho de Administração decidiu pela compra com informações incompletas. Congresso deve aguardar decisão do STF sobre instalação da CPI para investigar a estatal. **4 e 5**

A presidente da Petrobras refutou a generalização das críticas à empresa a partir do episódio da compra da refinaria de Pasadena



Gerardo Magela/Agência Senado



Ezra Fiuza/Agência Brasil

Os ministros Miriam Belchior e Guido Mantega explicam o projeto

Governo prevê salário mínimo de R\$ 779 em 2015

O Congresso recebeu ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, com salário mínimo de R\$ 779,79 e inflação de 5%. O texto não cita o orçamento impositivo, indicando que

o governo quer retomar a negociação sobre esse tema polêmico.

Para facilitar entendimento em ano eleitoral, o Executivo ampliou a lista de despesas que podem ser liberadas sem aprovação de lei. **7**

Regra para criar municípios terá tramitação urgente **8**

Estupro: cultura machista perdura, dizem debatedores **3**

Senadores dão parabéns à CNBB pela Campanha da Fraternidade **2**

Marco Civil da Internet deve ser votado hoje em comissão **6**

Projeto muda taxa de lucros de multinacionais brasileiras

O Senado aprovou medida provisória que muda a tributação dos lucros obtidos por multinacionais brasilei-

ras com suas controladas no exterior. Oposição protestou contra inclusão de outros temas na proposta. **8**



Moreira Mariz/Agência Senado

Plenário aprova medida que adapta legislação a contabilidade internacional

QUE OS POVOS INDÍGENAS CONTINUEM DEIXANDO SUAS MARCAS EM NOSSA CULTURA, EM NOSSOS VALORES E EM NOSSA SOCIEDADE.

19 DE ABRIL, DIA DO ÍNDIO



ILUSTRAÇÃO INSPIRADA EM PINTURAS INDÍGENAS DAS TRIBOS KAYAPÓS E MUNDURUCUS, DA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA.

Campanha da Fraternidade ganha apoio de senadores

Tráfico de pessoas, tema escolhido pela Igreja para conscientização neste ano, vem sendo combatido pelo Congresso, que fez CPI e busca atualização da legislação, como foi lembrado em sessão especial

EM SESSÃO ESPECIAL, ontem, senadores parabenizaram a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade de 2014, sobre tráfico de pessoas. Para Paulo Davim (PV-RN), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Lídice da Mata (PSB-BA), o Congresso tem contribuído para combater esse crime que fere a dignidade da pessoa humana.

Os senadores citaram duas iniciativas: a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o tráfico de pessoas entre abril e dezembro de 2012 e o PLS 479/2012. O projeto, aprovado em março pelo Plenário e encaminhado à Câmara, visa corrigir falha da legislação atual que vincula o tráfico de pessoas exclusivamente à exploração sexual, deixando de lado os casos ligados à remoção de órgãos ou ao trabalho escravo.

Segundo Davim, autor do requerimento da sessão especial, estimativas da ONU e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que o tráfico de pessoas é o segundo ramo criminoso mais rentável do mundo, gerando US\$ 32 bilhões por ano. No Brasil, disse o senador, o problema se faz notar na imigração clandestina de bolivianos e peruanos para atender as indústrias têxteis de São Paulo e no tráfico de crianças. Para Davim, a CPI ajudou a desvendar casos, a impulsionar investigações e a observar o despreparo das polícias com esse tipo de crime.

— O tráfico de seres huma-



Davim (C) ouve o bispo Leonardo Ulrich Steiner (E), secretário-geral da CNBB

nos é uma afronta à dignidade humana e deve ser combatido tenazmente — afirmou Davim.

Lídice, que foi relatora da CPI do Tráfico de Pessoas, relatou o caso de uma baiana cujas filhas foram traficadas por uma senhora de Portugal e lamentou o fato de o crime ser subnotificado no Brasil.

— A primeira conquista da Campanha da Fraternidade a CNBB já obteve no Senado — disse a senadora, referindo-se à aprovação do PLS 479/2012.

Corrupção

Pedro Simon (PMDB-RS) refletiu sobre a falta de fraternidade na política.

— O degrau superior da falta de fraternidade é a corrupção. Na política, o tempo tem sido constante de quaresma, sem liturgias e louvor à fraternidade — lamentou Simon.

Rollemberg afirmou que todos os cidadãos devem responder ao chamamento da Campanha da Fraternidade. Ele usou uma mensagem do papa Francisco no lançamento da campanha, em 5 de

março: “A dignidade humana é igual em todo o ser humano. Quando piso a do outro, estou pisando a minha”.

O secretário-geral da CNBB e bispo auxiliar de Brasília, dom Leonardo Ulrich Steiner, disse que as leis são necessárias, mas o mais importante é criar novas relações. Ele informou que a campanha pretende despertar famílias para a reinserção das pessoas que conseguem se libertar da situação de tráfico, pois muitos familiares não as aceitam de volta. O bispo fez um pedido aos senadores para que não diminuam a maioria penal.

— Os menores são os nossos filhos. As menores são as nossas filhas, que nós geramos na sociedade brasileira, e agora desejamos prendê-las. Não entendemos a educação que demos ou que estamos dando. Que tipo de cidadão brasileiro estamos gerando?

Também participaram da sessão Mário Couto (PSDB-PA) e o secretário-executivo da Campanha da Fraternidade, padre Luiz Carlos Dias.

Davim pede manutenção de centro de saúde reprodutiva

Paulo Davim (PV-RN) lamentou o que chamou de dismantelamento de uma unidade de referência em saúde de Natal. O senador contou que, em 1998, foi inaugurado o Centro de Saúde Reprodutiva, com oferta de vários serviços à população e atendimento pelo SUS. Desde janeiro, no entanto, começou a haver retirada de equipamentos e requisição de servidores.

Davim pediu a atenção da prefeitura, do governo estadual e do Ministério Público, lamentando que não tenha havido iniciativa do órgão para conter a desativação daquela unidade de saúde.

— Faço um apelo ao Ministério Público: não deixe fechar a unidade de saúde reprodutiva. É um apelo até dramático: não permita que destruam essa unidade.

O senador destacou que o Ministério da Saúde publicou recentemente uma série de exames que as unidades de saúde brasileiras devem oferecer e lembrou que a de Natal ofertava os serviços — como mamografias, orientação a adolescentes e exames na área de reprodução — havia 16 anos.

Ana Amélia volta a criticar portaria que limita mamografia



principal exame para detecção precoce ao câncer de mama.

— Meu estado, o Rio Grande do Sul, é o que tem o maior índice de câncer de mama e também de letalidade — ressaltou.

A senadora contou que o ministro da Saúde, Arthur Chioro, recebeu a Bancada Feminina do Congresso e admitiu a necessidade de revisão da portaria, que, segundo ela, surpreendeu os médicos mastologistas pela inadequação.

Ana Amélia solidarizou-se com Paulo Davim (PV-RN), que é médico, na luta dele pela manutenção do Centro de Saúde Reprodutiva. Localizado em Natal, o centro é referência no Rio Grande do Norte.

Cargo de ministro do TCU tem três indicações do Senado

Foram lidas ontem em Plenário as indicações de Bruno Dantas e Sérgio da Silva Mendes para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Os dois nomes, indicados pelo PMDB e pelo SDD, vão concorrer com Fernando Moutinho à vaga decorrente da aposentadoria do ministro Valmir Campelo. As indicações serão encaminhadas à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para a realização de sabatina.

A indicação de Moutinho foi feita pela oposição na semana passada, após os senadores rejeitarem requerimento de urgência para que a indicação do senador Gim (PTB-DF), feita pela base aliada do governo, fosse votada diretamente no Plenário. Posteriormente, Gim desistiu da indicação, sob a alegação de que o caso se transformara em “disputa política”. Moutinho

e Dantas são consultores do Senado. Mendes é auditor de controle externo do TCU e foi indicado por Vicentinho Alves (SDD-TO).

Embora tenha sido saudada por diversos senadores, a indicação de Dantas, anunciada pelo líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), foi questionada por Pedro Tavares (PDT-MT), que alegou descumprimento do prazo regimental. No entanto, o presidente do Senado, Renan Calheiros, assegurou que foram cumpridas as regras da indicação e observou que o prazo é contado a partir da leitura em Plenário.

Dantas foi elogiado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Magno Malta (PR-ES), Walter Pinheiro (PT-BA) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que destacaram sua atuação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Recursos

14h Na pauta da sessão deliberativa, proposta que transforma os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CI Transporte intermunicipal

7h30 Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura para discussão e votação do relatório do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. Logo após, examina, entre outros itens, a desoneração do PIS-Pasep e da Cofins no transporte urbano intermunicipal.

CAS Dedução no IR

9h Despesa com empregado doméstico pode ser deduzida no Imposto de Renda. É o que prevê projeto na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que examina também duas indicações para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e para a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

CCT Marco Civil da Internet

9h Votação do projeto do Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres.

CCJ Vandalismo

10h Entre os 40 itens da pauta, projeto sobre o Marco Civil da Internet e proposta que tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio.

CDH Reservistas na PM de Goiás

11h Audiência debate a contratação temporária de reservistas do Exército para atividades da Polícia Militar de Goiás em detrimento da contratação de concursados aptos e habilitados para os cargos.

DESENVOLVIMENTO URBANO Bicicletas

13h Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano debate as regras tributárias no setor de bicicletas, com a participação do presidente da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas — Aliança Bike, Daniel Guth.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, reunião da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; às 10h, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Para debatedores, pesquisa sobre estupro mostra Brasil machista

Os papéis acabam invertidos e a culpa passa a ser da vítima, afirma representante do Ipea em audiência conjunta de três comissões

A RECENTE PESQUISA do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o estupro mostra que a sociedade brasileira reproduz ideal machista que torna a mulher objeto de desejo e de propriedade, permitindo que a vítima de violência seja responsabilizada pela agressão, por sua forma de se vestir ou de se portar.

Essa foi a conclusão dos participantes de debate promovido ontem pelas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) para analisar a pesquisa, divulgada no fim de março.

— Há uma inversão de papéis entre vítimas e culpados. A culpa passa a ser da vítima — disse Daniel Cerqueira, representante do Ipea.

Para Cerqueira, o erro na divulgação da pesquisa não afetou o resultado geral. O instituto informou que 65% concordavam com a afirmação de que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, mas depois corrigiu o percentual para 26%.

As conclusões do estudo, frisou Cerqueira, evidenciam que há tolerância com a violência sexual contra mulheres.

As senadoras Ana Rita (PT-ES) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que sugeriram o debate, concordaram.

— Nós carregamos uma



Andrei Soares, Nana Queiroz, senadoras Vanessa e Ana Rita, Daniel Cerqueira e Beatriz Cruz discutem resultados da pesquisa

grande dose de machismo, não apenas os homens, mas também as mulheres. Todo ser humano é fruto do ambiente em que foi criado e, apesar da legislação criminalizar a discriminação, as práticas sociais precisam ser modificadas para garantir igualdade entre homens e mulheres — disse Vanessa.

Na avaliação de Andrei Soares, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a pesquisa mostra que o estupro não é percebido como violência sexual, mas como desculpa sexual para praticar a violência.

Educação

Para a jornalista Nana Queiroz, que criou a campanha Eu

Não Mereço Ser Estuprada, a mudança deve começar nas escolas, desde as séries iniciais, com orientação às crianças para que saibam identificar o abuso sexual.

— Muitas crianças e adolescentes não têm ideia de que estão sofrendo abuso e que têm o direito de denunciar. É preciso falar de estupro desde a pré-escola, em linguagem adequada — disse.

Ana Rita destacou a importância de mudar a percepção da sociedade sobre o problema.

— Precisamos fazer um trabalho preventivo e adotar políticas públicas eficientes, que sejam de fato implementadas pelo poder público — disse a senadora.

Para Beatriz Cruz, do Minis-

tério da Justiça, o desafio do país é “desconstruir” a cultura de violência contra a mulher, que se mantém na sociedade.

— Isso é algo difícil de fazer, pois temos no Brasil a falsa percepção de que não somos um país violento, machista, racista. Nós, brasileiros, não nos enxergamos nessa cultura — disse.

Também o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) se disse “horrorizado” com os resultados da pesquisa e lembrou que o tema ganhou nova dimensão com o pedido de perdão do papa Francisco às vítimas de padres pedófilos.

— Mas não basta o pedido de perdão, também é preciso punir os padres pedófilos — opinou.

Taques rebate críticas a mais rigor no Código Penal

“Tem como mudar o Fernando Beira-Mar?” A pergunta foi feita ontem por Pedro Taques (PDT-MT) em resposta a críticas ao caráter punitivo que se destacaria no projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012), em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Taques, relator da proposta em comissão especial de senadores, é autor do substitutivo relatado agora por Vital do Rêgo (PMDB-PB), que propôs a realização de uma rodada de audiências públicas com representantes do Judiciário, do Executivo, do Ministério Público e da advocacia.

O advogado Pedro Paulo Guerra de Medeiros, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e o juiz Sérgio Luiz Junkes, vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), fizeram ressalvas à proposta de aumento de penas e de criação de novos tipos penais.

— A pena tem que se conciliar com o respeito à condição



Junkes, Anibal, Medeiros e Taques (destacado) durante o debate de ontem na CCJ

humana — disse Medeiros, sustentando que a criminalidade deve ser enfrentada com educação, saúde e trabalho.

Taques concordou que não é a quantidade de pena que desestimula o cidadão a praticar o crime. Mas advertiu que o Estado “tem o dever de proteger o cidadão”.

— Há deputados, senadores e grandes empresários que estudaram nos melhores colégios, falam várias línguas, conhecem vários países, sabem escolher os melhores pratos e

vinhos, mas cometem crimes gravíssimos. Alguns crimes nós não vamos resolver com escolas e criação de oportunidades — afirmou o senador.

Apesar de estudo da Universidade de São Paulo (USP) revelar o apoio de mais de 50% da população brasileira à pena de morte e de mais de 75% ao aumento de penas, Junkes atribuiu essa manifestação mais a falhas de aplicação do Código Penal do que à falta de penas rigorosas. O representante da AMB condenou, entre outras

coisas, a previsão de penas maiores para os crimes de estupro e homicídio na proposta em análise na CCJ.

Taques observou que o substitutivo reduziu os atuais 1.715 crimes previstos em 115 leis especiais para apenas 355 figuras criminais no Código Penal em revisão. Desses, só 45 crimes preveem penas superiores a 8 anos de reclusão, a serem cumpridos em regime inicial fechado. Conforme acrescentou, 81 tipos penais comportam penas que não excedem 2 anos de duração e 185 admitiriam a substituição de penas privativas de liberdade por penas alternativas.

Retomando a menção de Taques a Beira-Mar, Eduardo Suplicy (PT-SP) levantou a hipótese de que, se o traficante tivesse tido acesso na infância a uma renda mínima, talvez hoje não fosse um criminoso.

Magno Malta diz que sociedade não suporta insegurança

O senador Magno Malta (PR-ES) disse que a sociedade brasileira não suporta mais o abandono a que foi relegada a segurança pública.

Malta disse ter visitado recentemente quatro capitais — Curitiba, Aracaju, Maceió e Natal — onde falou sobre o tema e garantiu que as pessoas anseiam pela redução da maioria penal e lamentam o empenho do governo federal em derrubar propostas que tornam impunitivos os menores de 18 anos e maiores de 16.

— A dor da sociedade deste país é a segurança pública — protestou.

O parlamentar voltou a afirmar que os menores de 18 anos cometem assaltos, homicídios, estupros e lesões corporais, além de ataques ao patrimônio, como o incêndio de ônibus. Para ele, a maioria aos 18 anos tem sido utilizada como proteção por menores para a prática de todo tipo de crime.

Capiberibe destaca denúncia contra adversário no Amapá

Citando a série de “armações” de que tem sido vítima, o senador João Capiberibe (PSB-AP) cumprimentou o Ministério Público pela denúncia contra o ex-deputado estadual amapaense Fran Júnior. Segundo a denúncia, o político teria acusado Capiberibe e o também senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) de crimes como sonegação fiscal, corrupção, prevaricação e peculato.

Capiberibe lembrou que Fran Júnior repetiu as representações no Conselho de Ética do Senado, na Procuradoria-Geral da República e no Supremo Tribunal Federal. Para isso, de acordo com a investigação do Ministério Público, ele baseou-se em documentos adulterados.

— Essas provas manipuladas eram uma tentativa de instaurar investigações contra as vítimas (no caso, eu e o senador Randolfe), assim como fizera anteriormente contra o ex-deputado estadual Jorge Salomão — explicou Capiberibe.



Waldemir Burreto/Agência Senado



Waldemir Burreto/Agência Senado

Impasse sobre CPI e debate com Graça Foster dominam atenções

O adiamento da decisão a respeito da criação da CPI da Petrobras, a proposta de mais duas comissões de inquérito e a audiência pública com a presidente da

empresa, Graça Foster, dominaram as atividades de ontem no Congresso. De um lado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu aguardar definição do Supremo Tri-

bunal Federal (STF) sobre os mandados de segurança apresentados pela oposição e pela base do governo sobre o alcance da CPI — se exclusiva sobre a empresa, se abrangen-

do metrô de São Paulo e porto de Pernambuco. Outros dois pedidos de CPI, agora mistas, foram apresentados ontem, com os mesmos objetivos. Mais cedo, Graça Foster havia

respondido perguntas de 27 senadores, em seis horas de debate. Para ela, ao se analisar o caso hoje, a compra da refinaria de Pasadena (EUA) “não foi um bom negócio”.

Dirigente diz que, analisada hoje, Pasadena “não foi bom negócio”

A presidente da Petrobras, Graça Foster, afirmou ontem que, analisada hoje, “não foi um bom negócio” a compra, pela estatal em 2006, da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Em audiência pública nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a dirigente admitiu perda de US\$ 530 milhões no “teste de impairment” — conceito contábil que define a redução do valor recuperável de ativos.

— Não há como reconhecer, na presente data, que você tenha feito um bom negócio. Isso é questionável do ponto de vista contábil. Quando você dá baixa num resultado é porque, neste momento, o projeto transformou-se em uma iniciativa de baixa probabilidade de recuperação — afirmou.

Questionada por 27 senadores durante seis horas, Graça Foster confirmou a versão da presidente Dilma Rousseff de que a aquisição de 50% das ações de Pasadena fora autorizada pelo Conselho de Administração da estatal, em fevereiro de 2006, com base em resumo executivo elaborado pelo então diretor Nestor Cerveró.

O resumo, segundo ela, omite referência às cláusulas Marlim e Put Option, que integravam o contrato. O negócio foi fechado em 2006 por US\$ 360 milhões.

A cláusula Marlim garantia à empresa belga Astra Oil, sócia da Petrobras America Inc., rentabilidade mínima de 6,9% ao ano. A Put Option — ou opção de venda — obrigava a Petrobras a



Audiência com Graça Foster, conduzida por Lindbergh Farias e Eduardo Amorim (à mesa), se estendeu por quase seis horas

comprar a participação da Astra em caso de conflito entre os sócios na condução do negócio. — O conselho aprovou um bom negócio naquele momento: 50% de Pasadena, sem nenhuma consideração a respeito da possibilidade de comprar os outros 50%. Naquele momento, o que foi apresentado ao conselho justificou a aprovação — disse.

Conforme Graça Foster, os conflitos começaram quando a empresa brasileira decidiu implantar um novo processo produtivo, em 2008. No mesmo ano, o conselho rejeitou a compra dos 50% restantes da refinaria.

Depois de se afastar da gestão da Pasadena, a Astra exerceu a opção de venda de suas ações para a Petrobras, validada por um laudo arbitral. Após recorrer à Justiça norte-americana, a estatal fechou acordo extrajudicial para a compra de 50% das ações restantes. O controle total da refi-

naria custou à empresa brasileira US\$ 1,25 bilhão.

Conforme a presidente da Petrobras, o negócio deixou de ser atrativo nos anos seguintes pela redução das margens de refino de óleo pesado e leve,

pela descoberta do pré-sal e pela modernização do parque industrial da empresa no Brasil.

Providências

Vários senadores, como Rodrigo Rollemberg (PSB-DF),

Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Taques (PDT-MT) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), questionaram a dirigente sobre as providências diante da omissão de dados no sumário do diretor Cerveró.

Graça Foster disse que Cerveró foi afastado da diretoria da Petrobras, assumindo, em seguida, o cargo de diretor financeiro da BR Distribuidora, subsidiária responsável pela comercialização e distribuição de derivados do petróleo no país. Em 21 de março deste ano, ele foi destituído também desse cargo pelo Conselho de Administração da BR.

Como Graça Foster afirmou que Cerveró havia sido removido para uma posição inferior, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) perguntou se a diretoria financeira da BR Distribuidora seria modesta.

Outro ex-diretor envolvido na negociação, o de Refino e Abastecimento, Paulo Roberto Costa, segundo Aloysio, perma-

neceu no cargo durante vários anos após a presidente Dilma e Graça Foster terem constatado que ele também havia “omitido dolosamente” a informação sobre as cláusulas.

— Deveriam ter sido demitidos os dois, assim que foi percebida a deslealdade na condução do processo. Mas permaneceram. E permaneceram seguramente porque têm costas quentes. E aí nós chegamos ao cerne da questão — acrescentou.

Paulo Roberto Costa está preso sob acusação de lavagem de dinheiro.

Resultados

Durante seu depoimento, a presidente da Petrobras procurou refutar a informação de que a refinaria teria custado à Astra apenas US\$ 42,5 milhões. Ela estimou que, entre o valor da compra, em 2004, e os investimentos antes da venda à estatal brasileira, a empresa belga teria desembolsado “no mínimo” US\$ 360 milhões.

Depois de receber investimentos novos da Petrobras de US\$ 685 milhões no período de 2006 a 2013, a refinaria de Pasadena começou a apresentar resultados positivos de US\$ 40 milhões a US\$ 50 milhões mensalmente, este ano. A razão para isso, segundo Graça Foster, é o refino de dois tipos de petróleo de xisto — Eagle Ford e Bakken.

O problema, como apontou a dirigente, é que Pasadena não tem mais a prioridade de oito anos atrás. O Brasil hoje, conforme disse, está mais preocupado com o aproveitamento de suas próprias descobertas de petróleo.

Governo e oposição trocam acusações sobre necessidade de CPI

Para a oposição, a presença de Graça Foster no Congresso não exclui a necessidade de uma CPI. Na audiência, parlamentares fizeram acusações de corrupção na Petrobras, má gestão e perda de valor da companhia.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, nos últimos anos, houve loteamento de cargos, propina, superfaturamento e desvio de dinheiro público.

— Ao contrário do que acusa a presidente Dilma Rousseff, aqui não se encontram aqueles que querem destruir a Petrobras, mas os que querem salvá-la. Os números são implacáveis: dívida elevada, valor reduzido de mer-

cado e acionistas minoritários invocando seus direitos — disse.

Para o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), “não há dúvidas sobre a transparência desta gestão, e os opositoristas não conseguirão atingir a Petrobras de forma politicamente”.

— Claro que há erros no mundo dos negócios, mas a diferença é que a Petrobras é uma empresa sólida — afirmou.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) indagou por que o Conselho de Administração da Petrobras não observou cláusulas contratuais importantes na compra da refinaria de Pasadena.

Graça Foster garantiu que a

Petrobras tem colaborado com a Polícia Federal (PF), o Ministério Público e todos os órgãos de controle que analisam a atuação da empresa. Só ao Tribunal de Contas da União, foram 16 pedidos de informações atendidos desde 2012, informou.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou que ainda está em curso a Operação Lava-Jato, deflagrada em 17 de março, que investiga negócios feitos pela consultoria do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa (que está preso).

— Isso mostra o quão investigada vem sendo a Petrobras. A PF nunca teve tanta liberdade para atuar — acrescentou.

Presidente critica generalizações e destaca importância da estatal

A presidente da Petrobras, Graça Foster, destacou ontem a importância e o gigantismo da empresa, que conta com 85 mil funcionários, ao mesmo tempo em que condenou generalizações, referindo-se a críticas à estatal a partir do episódio da compra de Pasadena.

— A Petrobras tem hoje mil projetos em execução. Não se pode generalizar de forma alguma. Nós pagamos com nosso bolso tudo o que fazemos na companhia — afirmou.

Ao sair em defesa da empresa, Anibal Diniz (PT-AC) justificou a compra da refinaria norte-americana afirmando que, à época,

havia viabilidade do negócio.

— Na época, o negócio era viável. A empresa buscava competitividade nos Estados Unidos. Isso acontece, faz parte do mercado. Dizer simplesmente que foi um mau negócio não explica tudo. Querer brincar de profeta de caso consumado é muito fácil. Eram pessoas que tomavam decisões a partir de informações que tinham em mãos — defendeu.

Por sua vez, senadores da oposição cobraram de Graça Foster punição rigorosa aos funcionários que omitiram cláusulas contratuais importantes relativas à negociação de compra de 50% da refinaria em 2006. Segundo



“A prudência recomenda que esperemos”, diz o senador Renan Calheiros

Congresso deve aguardar decisão do STF para instalar comissão

O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, afirmou ser preciso aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre qual comissão parlamentar de inquérito deve ser criada. A oposição defende uma CPI que investigue apenas a Petrobras. Já a base governista quer uma comissão que inclua, além da estatal do petróleo, o metrô de São Paulo e o Porto de Suape (PE).

— O importante primeiro é que nós tenhamos a decisão do Supremo sobre o que é que podemos fazer em relação à criação de comissões parlamentares de inquérito quando há vários requerimentos. A prudência recomenda que nós esperemos — declarou Renan.

Ele disse ainda acreditar que uma das opções pode ser a aprovação de um projeto que sirva para balizar situações parecidas no futuro.

Congresso

O impasse se repetiu também no Congresso, onde foram lidos na sessão conjunta de ontem os requerimentos de criação de duas CPIs mistas. Ao todo, 30 senadores e 256 deputados pediram a CPI mista da oposição, para investigar exclusivamente quatro temas relacionados à Petrobras: a compra da refinaria de Pasadena (EUA), denúncias de propina para obtenção de contratos com a estatal, procedimentos que podem ter comprometido a segurança de trabalhadores e de plataformas e o custo de refinarias.

Já a CPI ampliada, da base aliada, teve o apoio de 32 senadores e 209 deputados. Renan declarou ainda que os líderes preferem uma CPI mista, formada por deputados e senadores.

— Há a preferência dos partidos para que prevaleça a CPI do Congresso Nacional.

As lideranças já anteciparam isso. Os requerimentos foram lidos e as questões de ordem, recebidas. Nós decidiremos oportunamente sobre elas — avisou.

Adiamento

Em outra frente, foi adiada, pela terceira vez, a decisão do Plenário do Senado sobre a CPI da Petrobras. Os senadores examinarão ontem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que confirmou entendimento da Mesa do Senado favorável a uma CPI com foco ampliado.

Segundo o líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), não havia quórum para votar a matéria. Para o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o novo adiamento da decisão no Plenário é mais uma manobra para atrasar a CPI.

— Tudo isso é ação de postergação. Enquanto não se vota, posterga-se e, com isso, quem ganha tempo é o governo, porque a CPI acaba não sendo instalada. É uma estratégia que só interessa ao governo — criticou o senador pelo Amapá.

Supremo

O foco da CPI, no entanto, deverá ser definido pelo STF, já que tanto a oposição quanto o PT impetraram mandados de segurança. A relatora das ações, ministra Rosa Weber, adiantou ontem que deve se manifestar sobre o assunto na próxima semana.

— A ministra afirmou aos líderes da oposição que, entre terça e quarta-feira da próxima semana, ela decidirá. Então, faz mais sentido esperar — afirmou Eduardo Braga.

Na segunda-feira, Renan enviou documento com informações ao Supremo, explicando que decidiu pela CPI ampla em nome do princípio da eficiência na administração pública.

Figueiró avalia que gestão da estatal está “sob o comando de aventureiros”

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) espera que o Plenário do Senado tome decisão favorável à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apure exclusivamente denúncias de irregularidades na Petrobras.

Segundo o senador, o governo, ao querer apurar outras denúncias na mesma CPI, pretende desviar a atenção da população

sobre os desvios e escândalos que atingem a Petrobras, que estaria, a seu ver, “sob o comando de aventureiros”.

— O povo brasileiro já percebeu qual o temor do governo: a investigação da Petrobras trará à tona a real dimensão da corrupção brasileira — disse Figueiró.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy considera esclarecedoras explicações de Graça Foster

Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou esclarecedoras as explicações da

presidente da Petrobras, Graça Foster, em audiência pública ontem no Senado.

Ele garantiu que os 85 mil funcionários da estatal agem com lisura e acrescentou que há oito meses a empresa implantou um

plano de combate à corrupção.

Suplicy também ressaltou o discurso da presidente Dilma Rousseff, em Pernambuco, no qual ela chamou os funcionários da estatal de vencedores por trabalharem na maior empresa brasileira.

Segundo o senador, a Petrobras jamais vai se confundir com qualquer malfeito ou qualquer ação indevida.

Governo mente quando diz que oposição quer destruir empresa, afirma Jarbas

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) reclamou que a presidente Dilma Rousseff faltou com a verdade ao dizer, na segunda-feira, em Pernambuco, que a oposição quer destruir a Petrobras.

Ele afirmou que o que está destruindo a empresa é a corrupção e o roubo praticado por pessoas nomeadas pelo ex-presidente Lula e mantidas pela presidente Dilma por pertencerem a partidos que

apoiam o governo. Como exemplo dessas nomeações, o senador citou o ex-diretor Paulo Roberto da Costa, preso pela Polícia Federal.

Segundo Jarbas Vasconcelos, a Petrobras “foi entregue pelos governos do PT a pessoas sem qualificação nem compromisso com a maior estatal do país”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Anibal Diniz, críticas feitas pela oposição colocam em risco a vitalidade da companhia

Anibal Diniz (PT-AC) afirmou que os números mostram que a oposição está errada e que a Petrobras não tem sido mal administrada nos governos do PT. Como prova disso, mencionou que, em 2002, o valor de venda da empresa era de R\$ 30 bilhões e, em 2012, após o governo Lula, o valor subiu para R\$ 260 bilhões. Nesse mesmo período, as recei-

tas, o lucro, os investimentos e a produção da Petrobras também subiram, segundo Anibal Diniz. Por isso, ele considera danosas à empresa e ao país as críticas que a oposição e, especialmente PSDB e PSB, vêm fazendo à estatal.

— Não podemos colocar em risco a saúde e a vitalidade dessa empresa que é um orgulho nacional — afirmou.

Alvaro Dias volta a defender CPI com foco exclusivo na petroleira

Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a defender a criação de uma CPI com foco exclusivo na Petrobras. Ele disse que, na audiência pública de ontem, a presidente da empresa, Graça Foster, reconheceu que a compra da usina de Pasadena (EUA) não foi um bom negócio.

A operação causou prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão.

Alvaro entende que o comparecimento de Graça Foster na audiência foi uma reação do governo. No entanto, trata-se de uma reação política, desproporcional e inadequada. Para o senador, é preciso que o governo diga quem vai pagar a conta do prejuízo na Petrobras.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Três comissões do Senado debateram ontem proposta de marco civil aprovado pela Câmara. Privacidade na rede ainda desperta preocupação

Marco Civil da Internet agrada especialistas reunidos em audiência

A MAIORIA DOS convidados da audiência pública que debateu ontem a proposta de Marco Civil da Internet aprovou o texto definido pela Câmara dos Deputados. No Senado, a matéria (PLC 21/2014) já recebeu 40 emendas nas três comissões onde tramita de forma simultânea, mas senadores da base governista gostariam de aprová-la com urgência, sem mudanças, a tempo de transformá-la em lei até o evento NETmundial, que acontecerá em São Paulo na próxima semana. O projeto estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país.

Na audiência pública de ontem, que reuniu três comissões permanentes (de Ciência e Tecnologia, de Constituição e Justiça, e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor), o senador Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a aprovação da lei para testá-la e, se necessário, aprimorá-la mais tarde.

— O marco civil não é engessado, ele traz apenas diretrizes. Vamos experimentar e, depois, num segundo momento, vamos aprimorar. Por enquanto, esse não é o ótimo nem o bom, mas é o possível — afirmou.

Na contramão dos elogios à proposta, o jornalista Renato Cruz, colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que o texto está aquém do “possível”.

— Não vejo por que aceitar um texto quase bom, quando poderíamos ter um texto bom. Essa lei não é para agora nem para os próximos quatro anos. Veio para ficar.

O maior problema apontado por Cruz está na possibilidade de retenção de dados e monitoramento de acessos dos usuários, a fim de auxiliar, por exemplo, investigações criminais. Ele lamentou que o debate na Câmara tenha aprofundado-se apenas na



Walter Pinheiro (C) preside audiência sobre o marco civil e defende a aprovação imediata da proposta

questão da neutralidade da rede e de suas exceções, em detrimento da discussão sobre privacidade e liberdade de expressão.

— Uma lei criada para proteger a privacidade do cidadão pode se transformar numa máquina de espionagem. Temos visto estados livres e democráticos desrespeitando a privacidade das pessoas.

Apoio ao projeto

Os demais convidados defenderam a aprovação do projeto. Diretor de Políticas Públicas do Google no Brasil, Marcel Leonardi destacou que a empresa sempre apoiou o Marco Civil da Internet para trazer um mínimo de segurança jurídica que permitisse a inovação e o desenvolvimento de novas ferramentas e aplicativos.

— O texto foi elaborado e inspirado nos dez princípios de regulação e governança da internet elaborados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. Princípios esses que não só são reconhecidos mundialmente como grande avanço, mas também pretendem ser propostos como um modelo global de governança.

Leonardi se deteve na importância das salvaguardas e na discussão da responsabilidade em relação às plataformas on-line. Um modelo semelhante ao brasileiro, explicou, já é adotado nos Estados Unidos desde

1996 e na Europa desde 2000.

Outros participantes da reunião que apoiaram o texto do Marco Civil da Internet foram o conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) José Francisco Lima; o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Eduardo Levy; e os advogados Renato Opice Blum, especialista em direito

digital, e Veridiana Alimonti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Como não houve acordo para a aprovação de requerimento de urgência que permitiria a votação do PLC 21/2014 ainda ontem, outra audiência pode acontecer na terça-feira.

Extraordinária

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), senador Zeze Perrella (PDT-MG), convocou para a manhã de hoje reunião extraordinária para analisar o PLC 21/2014.

A intenção era que o projeto fosse levado direto à votação em Plenário, mas a oposição não concordou com a rapidez da tramitação.

A reunião da CCT está marcada para as 9h, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Participação popular por meio do Portal e-Cidadania marca início do debate

Na primeira meia hora da audiência pública sobre o projeto do Marco Civil da Internet, houve a postagem de cerca de 90 comentários e perguntas no Portal e-Cidadania. A maior parte das intervenções foram comentários em que os

internautas pediram a retirada de dispositivos do projeto de lei da Câmara (PLC 21/2014).

Alguns participantes também fizeram perguntas sobre a liberdade de expressão na rede mundial de computadores.

Enquete sobre neutralidade da rede é retirada do ar por suspeita de irregularidade

Suspeita de ataque virtual provocou a retirada do ar de enquete promovida pelo DataSenado e pela Agência Senado que tratava de um ponto polêmico do Marco Civil da Internet: a chamada neutralidade da rede. A sondagem começou no dia 1º de abril e contava com mais de 432 mil votos na segunda-feira, quando o

ritmo de votação mostrou-se anormal. Chegaram a ser registrados mais de 800 votos por minuto, levantando a suspeita de adulteração dos resultados.

A hipótese é que tenha sido usado um programa que permite votar repetidamente, de forma automática, em uma resposta predefinida.

Telefonia 4G na faixa de 700 MHz será tema de novas reuniões

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) quer aprofundar a discussão do uso da faixa de 700 MHz, hoje cedida à TV aberta, pelo sistema 4G de telefonia celular. Ontem, a comissão aprovou a realização de audiências públicas com autoridades e especialistas do setor.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA), autor de um dos pedidos, sugeriu convidar representantes dos Ministérios das Comunicações e da Fazenda, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil) para o debate.

— O Senado não pode ser tratado como órgão auxiliar sem opinar nessa questão — argumentou Pinheiro.

Comissão vai discutir prazo de 180 dias para concessão de patente

A proposta que estabelece um prazo máximo de 180 dias para o exame e a concessão de pedido de patente ou de registro de marca

(PLS 316/2013) será tema de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O debate, sugerido por Walter Pinheiro (PT-BA), ainda não tem data marcada.

O projeto, de Paulo Paim (PT-RS, foto), tem parecer favorável de Luiz Henrique (PMDB-SC), com emendas de redação.

Serão convidados para debater a proposta representantes do Instituto Nacional de Produção Industrial (Inpi), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI).



Lin de Paula/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Congresso recebe regras para Orçamento de 2015

No projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, governo tenta driblar dificuldades de negociação em ano eleitoral ampliando lista de despesas liberadas de aprovação

O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO de 2015 começou ontem com a entrega ao Congresso do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O Executivo enviou sinalização clara aos parlamentares de que poderá executar o Orçamento no próximo ano mesmo sem lei aprovada pelo Legislativo, já antevendo dificuldades de negociação em período eleitoral.

Para isso, ampliou a lista de despesas que podem ser totalmente liberadas mesmo sem orçamento aprovado, incluindo os investimentos do Ministério da Educação, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das empresas estatais. Além disso, manteve a regra de liberação em duodécimos mensais sobre gastos que não estão listados entre os que podem ser totalmente executados.

Outro recado aos senadores e deputados é a retomada das negociações para a execução obrigatória da programação decorrente das emendas indi-

viduais, que a imprensa chama de orçamento impositivo. Essa questão que emperrou a aprovação da LDO de 2014, só possível em dezembro passado, pode voltar a atrasar a tramitação do projeto de lei. O texto proposto pelo Executivo suprimiu o artigo 52 com as regras de cumprimento das emendas individuais. Isso dificulta ainda mais os planos do presidente da Comissão de Orçamento, Devanir Ribeiro (PT-SP), de votar a proposta antes da Copa do Mundo, que começa em 12 de junho.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, justificou, durante entrevista coletiva no ministério, que há "acordo em relação à PEC do Orçamento Impositivo". Ela, no entanto, não explicou qual é o acordo.

Aprovada na Câmara e depois modificada no Senado, a PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22-A/2000) voltou para análise dos deputados em novembro, mas foi fatiada em duas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) daquela



Os ministros Miriam Belchior e Guido Mantega e o secretário do Tesouro, Arno Augustin, explicam a proposta do governo

Casa — PECs 358/2013 e 359/2013.

A PEC 358 foi aprovada. Obriga o governo a executar as emendas parlamentares individuais até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União. Pelo menos metade do valor delas é destinada obrigatoriamente

a ações e serviços públicos de saúde, como postos de saúde, compras de equipamentos hospitalares e de remédios.

A outra PEC, a 359, está sendo analisada por comissão especial e tem sido contestada por deputados que defendem um percentual maior de recursos vinculados à saúde.

Além dessas questões bastante sensíveis ao Congresso, os consultores de Orçamento devem alertar os parlamentares, no informativo que pode ser divulgado hoje, sobre a falta de anexos importantes, como o de metas e prioridades e das despesas fora do contingenciamento.

Governo anuncia salário mínimo de R\$ 779

O governo prevê salário mínimo de R\$ 779,79 para 2015, o que significa um aumento de 7,71% em relação aos R\$ 724 atuais. Essa é a informação do projeto da LDO que interessa a milhões de brasileiros — tanto os que estão na ativa quanto aposentados e pensionistas, além dos que recebem benefícios assistenciais.

Pelas regras atuais, 2015 será o último ano em que será adotada a atual fórmula de correção do salário mínimo, ou seja, variação da inflação do ano anterior e do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Essa fórmula de reajuste foi aprovada em 2011 (Lei 12.382) e será tema que o novo governo terá que negociar com o Congresso.

A economia que o governo se compromete a fazer para mostrar que pode pagar os juros da dívida pública não ficou clara na exposição apresentada ontem pelos ministros Miriam Belchior, do Planejamento, e Guido Mantega, da Fazenda. Segundo consultores de Orçamento, a meta do superávit primário para 2015 é de R\$ 114,7 bilhões, que é o compromisso da União e que corresponde a 2% do PIB, a soma das riquezas do país.

É meta duvidosa o cálculo divulgado de R\$ 143,3 bilhões (2,5% do PIB) de economia do setor público consolidado, porque, conforme os consultores, não há nenhuma garantia de cumprimento de R\$ 28,7

bilhões (0,5% do PIB) por parte de estados e municípios. Mesmo com o governo federal dizendo que fará um esforço para compensar o que as outras esferas de governo não conseguirem, o Congresso deve trabalhar com o superávit mínimo de R\$ 114,7 bilhões. Isso significa, de acordo com os consultores, que a meta de superávit em 2015 deve cair 31% em relação à deste ano. Além disso, o Executivo projetou na sua proposta a possibilidade de abater R\$ 28,7 bilhões em valores relativos a obras do PAC.

Apesar dessas incertezas, Mantega afirmou que, se a economia de 2015 crescer mais do que o previsto, "vamos elevar a meta de superávit primário, sempre à custa do governo central". O ministro também confirmou que o governo buscará manter a meta de superávit para este ano em 1,9%.

Inflação e dívida

A projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na avaliação do governo, deve chegar a 5% em 2015, um ponto percentual a menos que o previsto pelo último relatório Focus (6%), divulgado semanalmente pelo Banco Central a partir das expectativas de analistas de mercado.

O governo estima que a dívida pública líquida chegue a

33% do PIB — estimativa um pouco menor do que a apresentada em fevereiro (33,6%), quando foi anunciado o contingenciamento do Orçamento de 2014. Em 2002, o percentual era de 60,4%.

Crescimento

Além de inflação menor do que prevê o mercado, o governo trabalha com crescimento do PIB de 3% para o ano que vem. Essa taxa é superior aos 2% indicados pelo relatório Focus. O valor nominal do crescimento da economia está em R\$ 5,733 bilhões.

Para Mantega, a alta do dólar e o aumento do preço dos alimentos, por causa da seca prolongada no início do ano,

não se repetirão em 2015. Assim, o governo espera alcançar a meta de crescimento de 3%.

— Além dos choques de alimentos, tivemos a pressão do câmbio. Em 2015, não teremos pressão de câmbio, que deve ficar a R\$ 2,40. As variáveis internacionais estão mais acomodadas — afirmou o ministro.

As prioridades da proposta da LDO 2015 são as mesmas da lei de 2014: o Plano Brasil sem Miséria, o PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

O projeto de lei da LDO deveria trazer o anexo de metas e prioridades da administração pública federal. No entanto, como aconteceu nos últimos três anos, a proposta do Executivo não incluiu esse anexo. O Congresso entende que essa é uma determinação da Constituição e, por isso, os senadores e deputados deverão elaborar essa parte da lei por meio de emendas parlamentares, principalmente as coletivas, como fizeram na LDO de 2014.

É importante sempre lembrar que a LDO precisa ser votada até 17 de julho para que o Congresso possa entrar em recesso parlamentar. A LDO define regras para a elaboração e execução do Orçamento. Ela funciona como ligação entre o Plano Plurianual (PPA), que planeja os investimentos do governo para um período de quatro anos, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o Orçamento do país.

Nome dos relatores da LDO e do Orçamento serão divulgados hoje

Os nomes dos relatores da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA) serão divulgados hoje.

Ambos serão senadores do PMDB. A reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) de ontem não obteve o quórum necessário para votações e foi rapidamente encerrada pelo presidente do colegiado, deputado federal Devanir Ribeiro (PT-SP, foto), que agendou nova reunião para a próxima semana.

Devanir disse que o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), ainda estava ouvindo a bancada do partido sobre a definição dos relatores para divulgar os nomes hoje.

— O PMDB é quem indica o relator da LDO e o relator-geral. Tudo indica que o relator do Orçamento será o senador [Romero] Jucá [RR]. [O relator] da LDO ainda não sei. Vamos aguardar a reunião da próxima terça para começarmos a discutir a LDO — disse Devanir.

O senador Romero Jucá preferiu não se manifestar e apenas confirmou que o colega Eunício Oliveira divulgará as indicações do partido para as relatorias em breve.



Site Pessoal

Metas para 2015	
A LDO tem de ser aprovada até 17 de julho, antes do recesso parlamentar	
SALÁRIO MÍNIMO	de R\$ 724 para R\$ 779,79 (7,71% de reajuste)
INFLAÇÃO (IPCA)	+5%
PIB	+3% (R\$ 5,73 trilhões)
SUPERÁVIT PRIMÁRIO MÍNIMO	R\$ 114,7 bilhões (2% do PIB)
PRIORIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ■ Plano Brasil sem Miséria ■ PAC ■ Minha Casa, Minha Vida

Fonte: Ministério do Planejamento



Eduardo Braga (E) e Eunício Oliveira debatem, enquanto o relator, Jucá (2º à dir.), conversa com Dornelles (D) sobre MP

Senado aprova tributação de lucros de multinacionais

Plenário votou ontem a MP 627/2013, que, entre outras medidas, estabelece a taxação dos lucros das subsidiárias e controladas de empresas brasileiras no exterior, exceto as do setor do petróleo

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória 627/2013, que muda a tributação dos lucros obtidos por multinacionais brasileiras por meio de suas controladas no exterior. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), acrescentou que se trata de proposta muito importante porque adapta a legislação tributária federal ao novo sistema de contabilidade internacional, vigente desde 2008. Como foram feitas altera-

ções durante o exame em comissão mista, a MP foi aprovada como projeto de lei de conversão (PLV 2/2014). Mudanças controversas, como a fixação de um teto para multas por planos de saúde, foram mantidas, mas devem ser vetadas pela presidente da República.

O pagamento dos tributos, de acordo com a MP aprovada, poderá ser feito em oito anos, sendo que 12,5% do lucro deve ser incorporado ao balanço

no primeiro ano. As parcelas pagas a partir do segundo ano serão atualizadas pela taxa Libor, acrescida da variação cambial do dólar dos Estados Unidos para o período. Essa forma de pagamento poderá ser escolhida pelas empresas a partir de 1º de janeiro de 2015, mas a MP permite a antecipação para janeiro de 2014.

O projeto estabelece ainda que o lucro obtido por controladas no exterior com o arrendamento de equipamentos ou empréstimos de bens relacionados à exploração de petróleo e gás não será computado pela controladora para fins de pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A medida beneficia diretamente a Petrobras e outras empresas que fazem parte do regime tributário especial Repetro.

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu a proposta, exceto no que diz respeito à tributação.

— O governo federal insiste em tributar o lucro obtido no exterior por empresas brasileiras através de suas subsidiárias. Os Estados Unidos são o país com mais rigor e mais agressividade em relação à tributação de rendimentos estrangeiros, mas não tributa o lucro que as empresas americanas obtêm no exterior — criticou.

Romero Jucá ressaltou que o Congresso Nacional mudou vários itens do projeto e que não havia mais tempo hábil para outras mudanças, uma vez que a MP perde a validade no próximo dia 21, mas adiantou que haverá vetos presidenciais à proposta.

— Já que não há mais prazo para mudanças de texto, o governo não tem posição definida e, portanto, avaliará, quanto ao veto, alguns itens importantes. Entre eles, os regimes de exploração de aeroportos no país — informou.

Senadores protestam contra “penduricalhos” da MP 627

Vários senadores criticaram a inclusão de emendas alheias ao objetivo da MP 627/2013, aprovada ontem em Plenário.

— Eu quero me colocar contra a aprovação pelo Senado dos “penduricalhos” que foram agregados à medida provisória. É uma prática que distorce o sentido da medida provisória — protestou o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP).

A alteração que mais incomodou os senadores foi a mudança na forma de cobrança de multas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sobre as operadoras de plano de saúde. As normas atuais preveem que as operadoras devem pagar à ANS multas que variam de R\$ 5 mil a R\$ 1 milhão por infração, enquanto o projeto de conversão da MP 627 determina que, até 31 de dezembro deste ano, no caso de infrações da mesma natureza, será considerada apenas a multa de maior valor. Além disso, se houver de 2 a 100 multas iguais, serão cobradas até 4 multas. Acima de 1.000 infrações, apenas 20 delas serão cobradas.

Walter Pinheiro (PT-BA) assegurou que a presidente

Dilma Rousseff vai vetar as partes mais polêmicas.

— Por isso, somos favoráveis à MP, pois sabemos que haverá a iniciativa do veto por parte da presidente Dilma.

Prejuízos

Mantido o texto, a ANS irá perdoar R\$ 2 bilhões em infrações, incentivando os planos de saúde a continuarem a descumprir os contratos, afirmou Paulo Davim (PV-RN).

— A ANS tem feito um trabalho de moralização de saúde suplementar. Aí, adicionaram uma emenda descabida à matéria, que destrói todo esse processo de moralização — denunciou Davim.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu a verificação de quórum para a votação do projeto e Mário Couto (PSDB-PA) cobrou do presidente do Senado, Renan Calheiros, a rejeição de propostas que tratem de temas diversos.

Diante do compromisso de Romero Jucá (PMDB-RR), de que haverá vetos ao projeto, os senadores decidiram aprová-lo em votação simbólica e a proposta seguiu para sanção presidencial.

Mozarildo anuncia visita a brasileiros presos na Venezuela

Um grupo de senadores da Comissão de Relações Exteriores (CRE) deve visitar a Venezuela, após a Semana Santa, para verificar a situação de brasileiros que foram presos “sem qualquer fundamentação legal”, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O senador informou que o Parlamento do Mercosul também aprovou, na semana



Waldemir Barreto/Agência Senado

passada, a criação de uma comitiva para visitar a Venezuela e solucionar o caso.

Mozarildo espera, ainda, que as visitas estreitem os laços entre a Venezuela e Roraima. O estado pode adquirir cimento, ferro e outros bens da indústria e exportar grãos e outros produtos.

Lídice: participação do Brasil em fórum urbano foi pequena

A participação do Brasil no 7º Fórum Urbano Mundial foi considerada pequena por Lídice da Mata (PSB-BA). Segundo a senadora, o evento, organizado pelo Programa ONU-Habitat, é a principal conferência global sobre questões urbanas e teve como tema “Patrimônio urbano em desenvolvimento — cidades para a vida”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— O mundo inteiro se reuniu para debater suas experiências de financiamento, de inclusão social, de moradia popular, de mobilidade urbana, de sustentabilidade ambiental, de educação, de saúde, de segurança pública. Não estive lá a Caixa Econômica Federal — lamentou.

Casildo Maldaner apoia demanda de produtores de maçã

Casildo Maldaner (PMDB-SC) chamou a atenção para a importância do cultivo de maçãs em Santa Catarina, que envolve 3,3 mil produtores. Ele lembrou os esforços que tornaram o Brasil exportador de maçãs de qualidade e pediu apoio à demanda dos produtores por uma certificação geográfica que referencie a maçã brasileira



Waldemir Barreto/Agência Senado

no mercado internacional.

— Há pouco mais de meio século, o Brasil nem sequer imaginava produzir maçãs de qualidade. Tal transformação é resultado de muitos anos de estudos, pesquisas e trabalho, envolvendo empresários, produtores e a participação vital do poder público.

Projeto sobre criação de cidades passa a tramitar com urgência

Foi aprovada a urgência constitucional, no Senado, do projeto que estabelece novas regras para a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Se em 45 dias não for votado, o texto passará a trancar a pauta do Plenário.

A proposta (PLS 104/2014), de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi apresentada

para substituir outro projeto do senador (PLS 98/2002), vetado pela presidente Dilma Rousseff. O veto é um dos 12 que seriam analisados ontem pelo Congresso. Por falta de quórum, no entanto, a votação foi adiada. Para que um veto seja apreciado, é necessária a maioria dos senadores e dos deputados.

Flexa Ribeiro defende aprovação de novas regras para municípios

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse esperar que o Legislativo e o Executivo façam valer a vontade do povo e aprove logo novas regras para a criação de municípios.

Ele disse que o PLS 104/2014, que tem apoio do Executivo, já devia ter sido aprovado, mas ainda não foi sequer votado no Senado. Ele sugeriu que o projeto



Waldemir Barreto/Agência Senado

seja aprovado até a próxima semana. Assim, na reunião do Congresso em maio, o veto ao PLS 98/2002 poderá ser mantido, porque a nova lei já estará aprovada, “dando condições para que os distritos que se enquadrem nas regras possam ter a sua emancipação e se tornar municípios”, disse.